



Felipe Novaes Coelho
Neilton da Silva

***POLÍTICAS EDUCATIVAS E
DIREITOS DE CIDADANIA***

**Plano Nacional de Educação e
Estratégias de Monitoramento**

VOLUME 1

Felipe Novaes Coelho
Neilton da Silva

Plano Nacional de Educação e Estratégias de Monitoramento



POLI-QUEFORP

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecária Ivete Castro – CRB-5/1073)

C672p Coelho, Felipe de Novaes.

Políticas educativas e direitos de cidadania: plano nacional de educação e estratégias de monitoramento. / Felipe de Novaes Coelho, Neilton da Silva. Cruz das Almas, BA: Mestrado Profissional em Gestão Pública e Segurança Social (PPGPSS-UFRB), 2021.

25p.; il. (fascículo, v. 1).

Livro Digital

Formato: PDF

Modo de Acesso: <<https://www.shortest.link/1rSv>>

ISBN: 978-65-00-31436-6 (e-book)

1. Educação. 2. Cidadania. 3. PNE I. Silva, Neilton da. II. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, CCAAB. III. Pesquisa Políticas de Qualidade do Ensino e Formação Profissional - POLI-QUEFORP. IV. Título.

CDD: 379

Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.

Paulo Freire

Dedicatória

Dedico este fascículo a todos que possam, através dele, aprender, refletir e mudar a própria realidade. A todos que desejam um futuro melhor. A todos que buscam lutar por aquilo que acreditam. Aos professores, alunos e pais que em seus corações alimentam a esperança de uma educação e um mundo melhor.

Sumário

Prefácio	6
Apresentação	7
1. Contexto da política educativa	8
1.1 Contexto da política educativa - Plano Nacional de Educação (2001-2010).....	11
2. Plano Nacional de Educação 2014-2024	13
3 Estratégias de Monitoramento do PNE.....	20
Últimas Palavras	23
Referências	24
Sobre os Autores.....	25

Prefácio

Este fascículo aborda um tema muito presente no cotidiano de gestores e professores, mas pouco conhecido e discutido entre os principais interessados, os estudantes e seus familiares. Nesse sentido ele é sempre atual, bastante pertinente e muito instigante.

As políticas educacionais no Brasil ao longo dos anos foram sendo moldadas a partir de diversos olhares, influenciados pelas lutas de cada momento histórico, e com o PNE não foi diferente. Apesar de ter sido construído em meio a um debate considerado democrático, os passos necessários para se chegar a atender as necessidades educativas de todos os brasileiros ainda não foram dados.

Produções como esta trazem a público um assunto considerado complexo de maneira leve e esclarecedora, conduzindo o leitor por caminhos que lhe levem a reconhecer avanços, mas também a perceber retrocessos na construção de objetivos, metas e estratégias elaborados para garantir a manutenção e o desenvolvimento do ensino em todos os seus níveis, etapas e modalidades.

Convido a todos/as para a prazerosa leitura desse fascículo e desejo que façam das informações aqui contidas e sugeridas pelos autores uma fonte de conhecimento e inspiração para encorpar a luta consciente por uma educação de qualidade.

Cintia Souza Machado Ferreira

Graduada em Ciências Contábeis (UEFS)

Especialista em Gestão Social de Pessoas (FAN)

Especialista em Metodologia e Didática no Ensino Superior (CEPPEV)

Mestranda em Políticas Públicas e Segurança Social (UFRB)

Apresentação

A educação é um direito social e um bem público que precisam ser assegurados a todos os cidadãos brasileiros, com um padrão de qualidade que seja capaz de contribuir para o desenvolvimento das pessoas e, conseqüentemente, do país. Por meio desse direito constituído, é possível elevar o país a um patamar de lucidez em detrimento da ignorância peculiar às nações que enxergam a educação como custo, promovendo o seu desinvestimento. Cabe ressaltar, porém, que a educação como política pública deve ser estrategicamente planejada, executada, monitorada e avaliada constantemente pelos órgãos competentes, pelos gestores federais, estaduais e municipais e pela sociedade civil organizada, a partir de um controle social responsável e da reivindicação constante pela transparência pública tangente à consecução das suas metas.

Pensando nisso, o Grupo de Pesquisa Políticas de Qualidade do Ensino e Formação Profissional (POLI-QUEFORP), em articulação com alguns estudantes mestrandos do Programa de Pós-graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social (PPGGPPSS) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), matriculados no componente curricular Políticas Educativas, Instituições e Atores Sociais, idealizaram um conjunto de fascículos sobre Políticas Educativas e Direitos de Cidadania, composto por 07 (sete) volumes, todos centrados em políticas públicas vinculadas ao campo da Educação e suas adjacências.

De acordo com os argumentos preambulares, temos o prazer de apresentar o **Volume 1**, cujo título é **Plano Nacional de Educação e Estratégias de Monitoramento**, da autoria de Felipe Novaes Coelho e Neilton da Silva, cujo objetivo é tornar ostensivo à sociedade o que preconiza a Lei nº 13.005 de 2014, que dispõe sobre Plano Nacional de Educação (PNE), considerando sua origem, fundamento legal, definição, conjunto de metas, indicadores, atores responsáveis pelo seu monitoramento e o modo como tem se dado publicidade aos seus resultados em todos os níveis, modalidades, entre outros.

O fascículo assume uma linguagem acessível e descontraída (links de vídeos, podcast, games, etc), na medida em que procura envolver os leitores interessados na temática, despertando neles a curiosidade para questões de cunho político-educacional que nem sempre são levadas ao seu conhecimento, embora o afetem diretamente, já que estamos a tratar das metas e dos desafios que se impõem à garantia da qualidade da educação brasileira no decênio de vigência do PNE (2014-2024).

1 Contexto da política educativa

O Brasil passou por várias mudanças na sua história e elas influenciaram na forma como a educação foi ofertada, estruturada e administrada.



(Fonte: CANVA, 2021)

Essas mudanças ao longo do tempo foram criando espaço para o que hoje chamamos de Plano Nacional de Educação (PNE) (AGUIAR, 2010).

A Educação no Brasil é marcada pelas disputas entre visões e compreensões distintas sobre como ela deve funcionar. Assim como, a ausência de continuidade de planejamento e dificuldades em estabelecer regimes de colaboração entre os entes federativos (DE SOUZA, 2014; DOURADO, 2016).

Nos próximos parágrafos é apresentado um resumo dos principais eventos que criaram o contexto para o surgimento do PNE.



(click aqui na imagem para saber o que são entes federativos)

Para saber mais sobre as disputas descritas no texto, clique na imagem.



As discussões sobre a criação de um PNE têm seu início nos anos 1930. A partir desse período, foram surgindo **documentos** que foram construindo um caminho para se pensar no documento supracitado. (DOURADO, 2016).

Com o objetivo de ilustrar o contexto do surgimento do PNE foi construída uma linha do tempo.

LINHA DO TEMPO DO PNE

CONSTITUIÇÃO DE 1934

O ponta pé inicial

Em 1934 a Constituição Brasileira deu o ponta pé inicial para pensar uma educação sistematizada, organizada, coordenada e fiscalizada pelo Estado. Essa Constituição previu a criação de um Conselho Nacional de Educação que seria responsável por elaborar o Plano Nacional de Educação.

O ESTADO NOVO

Vargas no poder

Com o Estado Novo, Vargas elabora um plano quinquenal que vai de 1939-1945 que pretendia dar mais poder ao Ministério da Educação para atuar de forma eficiente na educação nacional. Porém, não foi concretizado. Entretanto, como resultado desse processo foi criada a Comissão Nacional de Ensino Primário em 1938 e foi realizada a 1ª Conferência Nacional de Educação, em 1941.

O COMEÇO DE TUDO

Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)

O Primeiro deles foi o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” (1932), nele foi defendida a ideia de definir um plano geral para a educação, visando unificar as escolas, passando a ser pública, laica, obrigatória e gratuita. Em contrapartida, as escolas católicas se opuseram a ideia da educação ofertada e gerenciada pelo Estado.

INTERRUPÇÃO E A IMPEMENTAÇÃO DO ESTADO NOVO

Fechamento do Congresso Nacional

Em 1937 o Plano foi interrompido por conta de mudanças políticas no Brasil. A criação do Estado Novo fecha o Congresso Nacional, retirando dele o poder de implementar o Conselho Nacional de Educação.

CONSTITUIÇÃO DE 1946

O retorno da democracia

A Constituição de 1946, marca a retomada da democratização e das discussões de um Plano Nacional de Educação. Neste período, a União passou a ser responsável por legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Dois anos depois, um anteprojeto é criado para pensar a educação, sendo promulgado 13 anos depois em 1961.

LINHA DO TEMPO DO PNE

10

O GOLPE MILITAR

A educação tecnicista

Com o golpe militar de 1964 a LDB foi sendo gradativamente desconsiderada e surge um movimento que busca da profissionalização em massa nas escolas. Paralelamente a esse processo, o governo passa a enfraquecer o papel do Conselho Federal de Educação, passando a pensar a educação a partir dos possíveis resultados econômicos que ela poderia trazer. O governo centralizador da ditadura passou a pensar e criar o Plano Nacional de Educação e Saúde. Entretanto, o planejamento e a execução não consideraram a realidade diversa do país, o que gerou resultados nada expressivos. A influência desse modo de pensar sobre o funcionamento e estrutura da educação no Brasil tem efeitos ainda hoje.

A CONSTITUIÇÃO DE 1988

Democracia e Direitos Humanos

Com a Constituição de 1988 diversas mudanças são pensadas em relação a educação. As principais delas foram: aumento da autonomia e colaboração dos entes federativos, a educação passa a ser um direito de todos e dever do Estado e da família, dever ser gratuita, de qualidade, democrática, capaz de valorizar os profissionais de educação, integrar a diversidade, ter uma base comum curricular, ter assistência de programas de alimentação e saúde e estabelece o Plano Nacional de Educação com duração de dez anos.

GOVERNO KUBITSCHKE

Educação e Desenvolvimento

Nesse período, são construídas bases para uma visão que vincula educação e desenvolvimento, através do governo Kubitschek (1956-1961). No mesmo contexto surge a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1961. Essa lei atribui ao Conselho Federal de Educação responsabilidades para pensar a educação. (As principais mudanças instituídas nesse período foram a da descentralização da educação criando conselhos nas esferas Estadual e Federal. Além disso, a obrigatoriedade do ensino primário a partir dos 7 anos com duração de 4 anos, a realização de um exame de admissão e a divisão do ensino médio em dois ciclos).

REDEMOCRATIZAÇÃO

O enfraquecimento da ditadura

O III Plano Nacional de Desenvolvimento (1980-1985) foi constituído em um contexto de enfraquecimento da ditadura e avanço do discurso em pró da democracia.

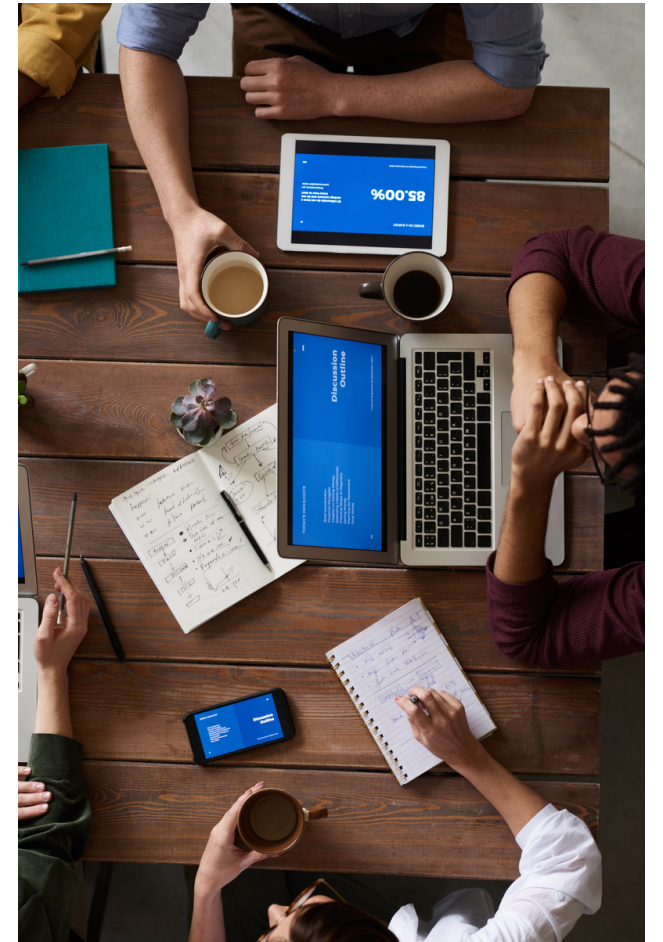
CONFERENCIAS E FÓRUMS MUNDIAIS

A Educação no centro do Mundo

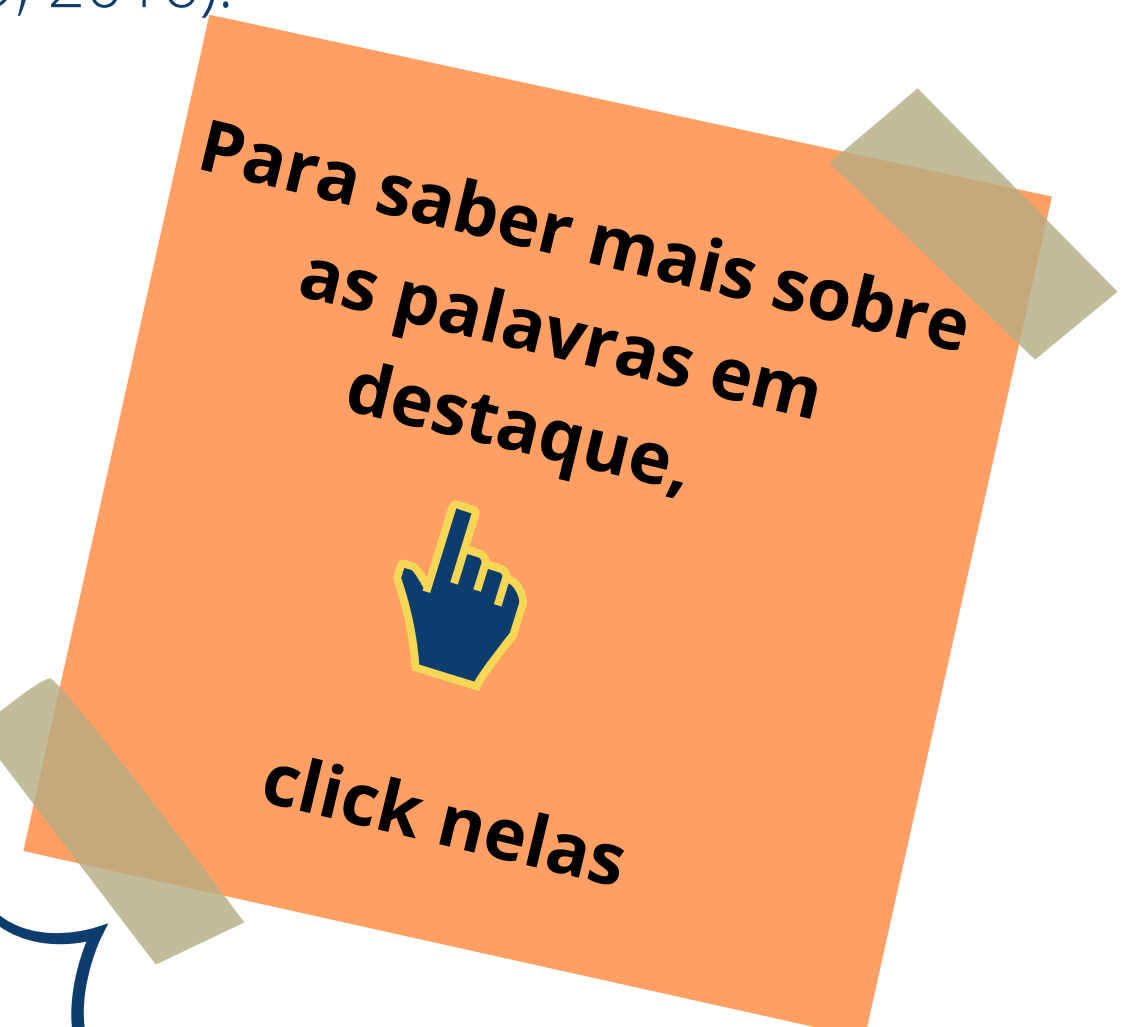
Nos períodos seguintes (1990, 2000, 2015) Conferencias e Fóruns mundiais foram criados para pensar a educação. Como resultado desses processos, foram criadas orientações que serviram de base para diversos países (inclusive o Brasil) para pensar a educação e a luta por garantias do direito a educação.

1.1 Contexto da política educativa- Plano Nacional de Educação (2001-2010)

O primeiro PNE pós Constituição de 1988 foi estabelecido pela Lei n. 10.172/2001 e teve vigor de 2001-2010. Ele foi elaborado dentro de um contexto de disputa entre dois grupos. Por um lado, estava a sociedade civil organizada que buscava financiamento e expansão de todas as áreas dos serviços educacionais, tinha um caráter democrático e de participação popular. Por outro, estava o Poder Executivo federal, com propostas administrativas, mais conservadoras, pautadas nas dinâmicas do capital financeiro **internacional e de ideologias liberais/neoliberais.** (AGUIAR, 2010; DE SOUZA, 2014; DOURADO, 2016).



(Fonte: CANVA, 2021)



Ao fim o **PNE 2001-2010 definiu 295 objetivos e metas, diretrizes** e modos de diagnósticos para os mais diversos **níveis da educação, modalidades de ensino**, formação e valorização dos professores, financiamento e gestão. Entretanto, além do número grande de metas, não foram pensados meios para financiar a efetividade dessas metas. Por conta desses fatores, houve dificuldade para acompanhar os avanços das ações e avaliar os objetivos alcançados (AGUIAR, 2010; DE SOUZA, 2014; DOURADO, 2016).

Ao fim do processo, as avaliações feitas sobre esse primeiro Plano comprovaram sua ineficácia concreta em relação as metas atingidas. Entretanto, é possível notar avanços na participação popular para pensar uma política pública.

A materialização do Plano em forma de lei dá a ele uma consistência e segurança da sociedade quanto ao desejo de melhorias em relação a educação. Por conta dessas metas não alcançadas, isso realça a importância da fiscalização e do monitoramento das ações Governamentais. Após o primeiro PNE 2001-2010, surge o segundo Plano e é sobre ele que iremos discutir no próximo capítulo. (AGUIAR, 2010; DE SOUZA, 2014).



(Fonte: CANVA, 2021)



Parabéns! Você finalizou o primeiro capítulo. Antes de avançar para o próximo, click nos links para assistir aos vídeos e aprender mais sobre o contexto da PNE 2014-2024 e a história da educação no Brasil.



2 Plano Nacional de Educação 2014-2024

Antes de mais nada, você já se perguntou qual seria o objetivo do Plano Nacional de Educação (PNE)?



Encontre as palavras-chave que estão em **negrito** no Caça-palavras para aprender mais sobre os objetivos do PNE.

O PNE tem por objetivo instituir formas de **colaboração** no sistema nacional de **educação**, isso através da definição de **regras, objetivos, metas** e **estratégias** de implementação para garantir a manutenção e o **desenvolvimento** do ensino em suas formas diversas (níveis, etapas e modalidades), buscando: I – erradicar o **analfabetismo**; II – universalizar o **atendimento** escolar; III – melhorar a **qualidade** de ensino; IV – **formar** para o trabalho; V – promover de forma **humanística, científica** e tecnológica o País; VI – estabelecer metas de aplicação de **recursos públicos** em educação como proporção do produto interno bruto. (DOURADO, 2016).

Objetivos do PNE

As palavras deste caça palavras estão escondidas na horizontal, vertical e diagonal, com palavras ao contrário.

O	M	S	I	T	E	B	A	F	L	A	N	A	S	L	I	T	D
T	P	S	C	E	H	E	P	O	A	E	M	T	O	T	P	H	A
E	C	C	K	O	D	U	T	R	R	T	O	O	V	G	Ú	E	T
D	H	B	N	U	P	Y	M	M	C	B	E	E	I	W	B	D	E
A	O	Ã	Ç	A	R	O	B	A	L	O	C	N	T	T	L	U	N
D	L	E	R	D	E	N	I	R	N	O	O	O	E	D	I	C	D
I	O	A	S	E	T	R	E	I	L	Í	T	U	J	E	C	A	I
L	T	N	F	H	I	G	H	M	I	R	S	E	B	L	O	Ç	M
A	R	E	C	U	R	S	O	S	E	U	C	T	O	T	S	Ã	E
U	O	A	P	A	O	C	I	E	N	T	Í	F	I	C	A	O	N
Q	M	E	S	T	R	A	T	É	G	I	A	S	N	C	E	P	T
O	T	N	E	M	I	V	L	O	V	N	E	S	E	D	A	I	O

Agora que você entendeu um pouco do contexto do surgimento do PNE 2014-2024, vamos conhecer suas propostas.

O plano foi apresentado em 2010, mas foi apenas em 2014 que ele entrou em vigência como [Lei n.13.005](#). Em seu texto são apresentadas diversas metas que abrangem desde a Educação infantil até a Pós-Graduação no Brasil. Com uma estrutura de 20 metas e objetivos, o PNE de 2014 busca desenvolver estratégias para a redução de desigualdades, inclusão, valorização dos profissionais da educação, defesa de uma gestão democrática e financiamento para a educação.

Mas afinal, quais são as metas? No site do Observatório do PNE são listadas as metas e seus objetivos. Vamos a elas?

Meta 1
Educação
Infantil

Meta 2
Ensino
Fundamental

Meta 3
Ensino
Médio

Meta 4
Educação
Especial/
Inclusiva

Meta 5
Alfabetizar
todas
as crianças

Meta 6
Educação
Integral

Meta 7
Aprendizado
adequado
na idade
certa

Meta 8
Escolaridade
média

Meta 9
Alfabetização
e alfabetismo
funcional
de jovens
e adultos

Meta 10
Educação
de Jovens
e Adultos (EJA)
integrada
à Educação
Profissional

Meta 11
Educação
Profissional

Meta 12
Educação
Superior

Meta 13
Titulação
de professores
da Educação
Superior

Meta 14
Pós-graduação

Meta 15
Formação
de professores

Meta 16
Formação
continuada
e pós-graduação
de professores

Meta 17
Valorização
dos professor

Meta 18
Plano
de carreira
docente

Meta 19
Gestão
democrática

Meta 20
Financiamento
da Educação

Mas como esses objetivos poderão ser alcançados? Click na imagem e saiba mais



Como você pode perceber, apesar de ter apenas 20 metas no PNE em questão, elas são bem complexas. Quando você clica no link e verifica a quantidade de estratégias a serem implementadas, dá para ter uma noção do desafio. Porém, existe um aspecto muito importante que precisa ser bem observado, que se refere a criação de fontes de informação/pesquisa (indicadores) que ajudem a acompanhar o cumprimento das estratégias propostas.

Das 20 Metas, pelo menos 5 delas não possuem indicadores que permitam acompanhar o cumprimento da estratégia. Aí é que entra a sua participação.



(Fonte: CANVA, 2021)

Como você já leu, a gestão escolar é democrática (ou pelo menos deveria ser), isso quer dizer que precisa da participação popular! Mas você já participou ativamente em algum processo ou decisão da escola da sua cidade/bairro?

Você acompanha os relatórios que o diretor da sua escola apresenta sobre o que foi ou será feito na escola? Você já parou para ouvir ou ler as propostas dos políticos sobre a educação?

Essas são algumas perguntas que ajudam a pensar sobre o que você pode fazer em relação à educação no seu município. Mas porque isso tudo é importante? Afinal, as metas parecem tão boas, porque eu devo me preocupar? Essas podem ser perguntas que surgiram em você nesse momento. Então vamos buscar responde-las, com dados.

Apesar das metas estarem bem estruturadas, ainda estamos longe de conseguir alcança-las e isso não tem a ver apenas com o contexto em que vivemos, impulsionado pelas consequências da crise sanitária, social, econômica e política decorrente da pandemia do COVID-19. Aqui, estão listadas algumas informações retiradas do site do Observatório do PNE que podem ajudar você a entender melhor sobre isso:

Em relação à Meta 1 da Educação Infantil-

*Em 2019, 94,1% das crianças de 4 a 5 anos estavam na escola e 37% das crianças de 0 a 3 estavam na creche. Não atingindo a meta proposta até o momento.

Em relação à Meta 2 do Ensino Fundamental-

*Em 2020, 98% das crianças de 6 a 14 anos estavam na escola e 82,4% dos jovens de 16 anos concluíram essa etapa de ensino.

Em relação à Meta 3 do Ensino Médio-

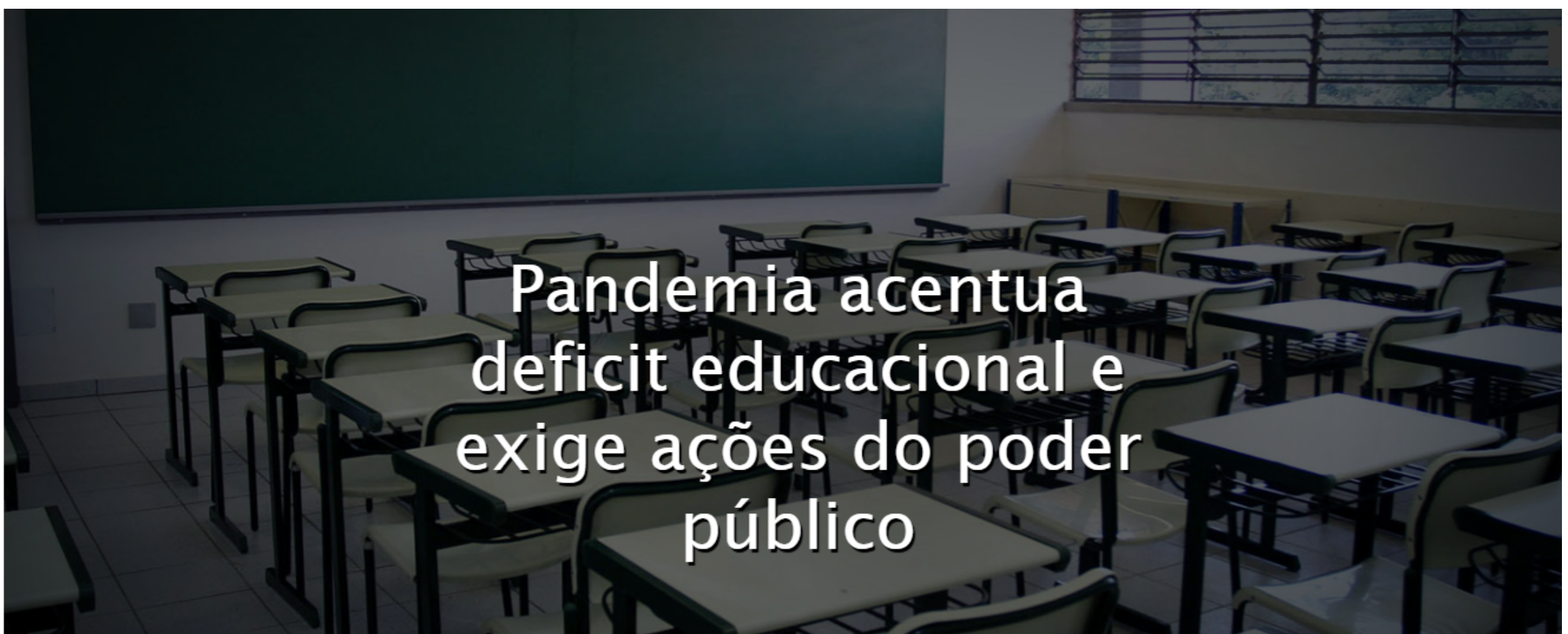
*Em 2020, 94,5% dos jovens de 15 a 17 anos estavam na escola e 75,4% dos jovens de 15 a 17 anos cursavam o Ensino Médio.

*Quando comparada com a Meta inicial essas informações demonstram que elas não estão sendo alcançadas como o planejado.

A Meta 4 não possui indicadores, ou seja não é possível saber sobre os avanços, ou retrocessos dessa Meta ainda.

Em relação à Meta 5 Ensino Fundamental (EF)

* O último dado está em defasagem de 5 anos, é de 2016. Nele, 45,3% das crianças do 3º ano do EF tinham aprendizagem adequada em leitura, 66,1% apresentavam escrita adequada e apenas 45,5% apresentavam conhecimentos adequados para a idade/série em matemática. Quando comparado com dados recentes esse quadro se agrava ainda mais.



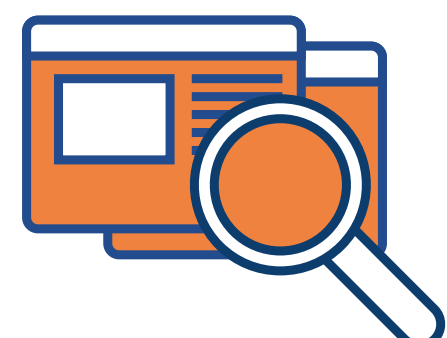
(FONTE: AGÊNCIA SENADO, 2021)

Em relação à Meta 6 Educação Integral-

Em 2020, cerca de 29,5% das escolas públicas ofertavam o ensino integral e 12,9% das matrículas eram em Educação em tempo integral. Para atingir a meta esses valores precisariam quase que dobrar nos próximos 4 anos.

Em relação à Meta 7 Aprendizado adequado na idade certa

Em 2019 foi o último ano em que foi realizada a prova a nota geral era de 5.9 para os anos iniciais do EF e 4.9 para os anos finais. Já no Ensino Médio o valor era de 4.2. Considerando a Meta é possível perceber em primeiro lugar, há uma disparidade entre os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental em relação a desempenho. Outro aspecto importante é o fato de tanto o EF nos anos finais, quanto o Ensino Médio estão abaixo da meta. Isso tudo sem considerar o que tem acontecido agora com a Pandemia do COVID 19. Como visto na reportagem, o aprendizado durante a pandemia ficou bastante prejudicado, principalmente pela ausência de reflexões para pensar esse momento e o financiamento para que as escolas ofertassem o seu serviço de modo seguro e adequado nesse momento. Outro aspecto a ser considerado neste quadro, é a realidade do perfil social dos estudantes, que muitas vezes não possuem meios para ter acesso às aulas.



Em relação à Meta 8 Escolaridade Média

Em 2020 a média a população entre 18 a 29 anos varia entre 10.2 a 11.4 anos de estudo. As médias mais baixas estão para a população do campo com 10.2 anos, em seguida está a parcela da população mais pobre com 10.8, a região Nordeste aparece com 11.1 anos, já a população preta ou parda com 11.4 e 11.2 respectivamente. Esses dados nos apresentam a necessidade da defesa de políticas públicas que deem acesso à educação para essa população como, por exemplo a política de cotas. Essa medida fala de um perfil da população que muitas vezes não conclui o Ensino Médio ou que tem dificuldades para fazer o Ensino Superior.

Em relação à Meta 9 - Alfabetização e alfabetismo funcional de jovens e adultos



(Fonte: CANVA, 2021)

Em 2018 cerca de 29% das pessoas com mais de 15 anos eram consideradas analfabetas funcionais. Já em 2020, 94,2% da população com mais de 15 anos sabiam ler e escrever.

Esse dado pode parecer confuso, mas vale lembrar que o analfabeto funcional pode até ser capaz de ler e escrever, porém não consegue interpretar e entender com clareza os textos.

Em relação à Meta 10 EJA integrada a educação profissional

Em 2020, 0,5% dos alunos da EJA que cursavam o ensino fundamental cursava de forma integrada uma formação profissional. Além disso, 3,6% dos alunos da EJA no Ensino Médio faziam uma formação integrada com a profissional.

Em relação à Meta 12 do Ensino Superior

Em 2020, 23,8% dos jovens com idade entre 18 a 24 anos cursavam o Ensino Superior. Esses dados também falam do que é discutido como permanência no Ensino Superior. Pois é através de políticas públicas que direcionem recursos para a permanência que é possível garantir que muitos jovens consigam concluir o Ensino Superior.



Esses são alguns exemplos de que ainda faltam muitos avanços para alcançar as tão sonhadas metas do PNE. Cerca de 38,5% do trabalho previsto para o período de 2014-2024 foi concretamente executado. Ainda há muito a ser realizado! Por isso, saber como acompanhar e monitorar o que tem sido feito é essencial. Sem a mobilização das pessoas corre-se o risco de perder direitos, como ocorreu com a PEC 95, que limitou o teto de gastos e automaticamente reduziu a verba para a educação. Sem o financiamento, atingir as metas propostas se torna praticamente impossível.

Entenda mais sobre a PEC 95 aqui:



E como é possível garantir que direitos conquistados sejam respeitados?

Talvez essa seja a pergunta que surgiu em você. O caminho passa pelo acompanhamento/monitoramento das ações. Vamos falar mais sobre isso no próximo capítulo.

Parabéns! Você finalizou o segundo capítulo. Antes de avançar para o próximo, click nos links para assistir aos vídeos, ler os artigos e reportagens para aprender mais sobre o PNE 2014-2024 e seus resultados.



3 Estratégias de Monitoramento do PNE 2014-2024

Os órgãos responsáveis pelo monitoramento e a avaliação do PNE são o MEC, a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, o Conselho Nacional de Educação (CNE) e o Fórum Nacional de Educação (FNE). Porém, em cada esfera dos entes federativos existem órgãos que realizam essas atividades. O PNE funciona como norteador para serem pensados os Planos Estaduais de Educação (PEE) e os Planos Municipais de Educação (PME) e todos eles podem ser monitorados e avaliados. (BRASIL, 2014a; BRASIL, 2016)



(Fonte: CANVA, 2021)

Mas afinal de contas o que é monitorar e avaliar o PNE?

O monitoramento é uma ação de observação contínua, no caso do PNE são divulgadas publicamente informações sobre o progresso das metas que foram definidas (BRASIL, 2014b).

Já a avaliação consiste em atribuir um julgamento (uma nota, um valor) para os resultados alcançados até aquele momento. Isso serve para saber até que ponto as metas foram atingidas e também para direcionar o pensamento de novas estratégias e tomar decisões a partir dos dados (BRASIL, 2014b).

Assim como na esfera Federal, na Estadual e Municipal, são criadas comissões e equipes técnicas a partir de atos legais (leis, decretos, portarias, resoluções e etc.) que ficam responsáveis por acompanhar e avaliar os Planos Educacionais. As secretarias Estadual e Municipal de Educação ficam responsáveis por monitorar e avaliar os Planos elaborados e instituídos nas esferas respectivas. Além deles, os Conselhos, Comissões e/ou Fóruns são formas de organizações sociais que acompanham os Planos Educacionais. As vezes eles são apresentados como associações de pais e mães e/ou professores, como sindicatos ou outros (BRASIL, 2016).

Para descobrir quais organizações sociais estão monitorando o Plano Educacional do seu Município, você pode entrar em contato com a Secretaria de Educação ou até mesmo ir até à unidade escolar. Onde poderão te informar quais os movimentos sociais que tem representado a sociedade civil no monitoramento dos Planos Educacionais. (BRASIL, 2016)

Em caso de não existir algum movimento ou organização social que acompanhe o Plano Educacional, você pode ver o passo a passo para criar um Fórum Municipal de Educação, aqui:



(Fonte: CANVA, 2021)

Para saber sobre como está o andamento do Plano de Educação você irá observar os indicadores, eles são definidos a partir das metas. Os indicadores são informações que estão relacionadas as metas que demonstram se ela está sendo realizada ou não, são formas de mensurar o avanço da meta. Muitas vezes ela aparece em forma de número ou percentil.

Entretanto, nem todos os indicadores são fornecidos em uma mesma fonte, alguns serão fornecidos em sites oficiais do Ministério da Educação, outros em fontes próprias do Estado ou Município (exemplo: Diário Oficial, site da Secretaria de Educação, etc.). Isso vai depender de como a meta foi construída e a que ela está relacionada. É possível também encontrar planos com metas que não tenham indicadores mensuráveis. Nesses casos, vale lembrar que os órgãos que criaram a meta devem buscar formas de tornar transparente o acompanhamento. Caso isso não ocorra, as representações civis podem pressionar, pedindo alterações na lei ou na meta estabelecida (BRASIL, 2014b; BRASIL, 2016; INEP, 2015).

A pressão social tem um papel fundamental para o alcance de metas e garantia do financiamento. Fazer parte de grupos e coletividades, ajuda a fortalecer a voz em defesa de direitos.

Caso você queira fazer alguma denúncia ou ter mais informações sobre como está o andamento do Plano Educacional, vou deixar aqui algumas sugestões de sites para pesquisa e leituras:

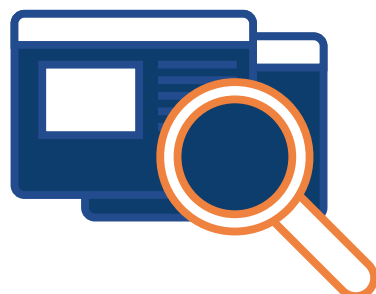
Um artigo sobre controle social de orçamentos públicos.



Site do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, onde você compreende o papel desse Conselho, para quem ele é destinado e como acessar os dados públicos relacionados ao FUNDEB.



Site para consultar os cadastros dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB.



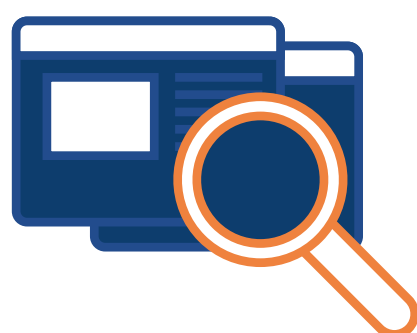
Um site com sugestões para ajudar na elaboração e monitoramento dos Planos Educacionais.



Um caderno de Orientações para Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação.



Site com um Painel de Indicadores do Plano Nacional de Educação.



Parabéns! Você finalizou a leitura deste capítulo! Foi uma jornada e tanto. Agora que você já sabe como pode monitorar os Planos Educacionais, que tal partilhar o que você aprendeu com alguém?



Últimas palavras

Ao longo desse fascículo você aprendeu sobre a história do Plano Nacional de Educação, seus desafios e modos de acompanhar o alcance de suas metas.

A história do PNE está entrelaçada com a história da educação no Brasil e como vimos, ela possui suas fragilidades. O planejamento que contribui para uma educação de qualidade. Por isso, é muito importante o monitoramento e a participação ativa da população.

Em cada capítulo foram fornecidos materiais para subsidiar a construção de uma noção da situação atual e dos riscos que a educação está correndo neste momento tão complexo da história do Brasil.

Mas não adianta apenas conhecer, é necessário se envolver e agir. Em seu município, planejamentos são elaborados e publicados anualmente, se atentar para essas discussões, pode alterar o rumo da história de muitas famílias e é um ato de cidadania.

Quando pensamos a educação muitos se perguntam qual o seu papel individual nesse processo. Educar é uma ação coletiva que tem por objetivo formar pessoas para serem capazes de lidar com o mundo e de torna-lo melhor. Mas, para isso, é necessário o compromisso de cada um para pensar ações educacionais, valorizar os profissionais de educação, incentivar os estudantes em suas trajetórias e acompanhar as políticas educacionais. Essas são algumas ações possíveis que dependem do compromisso individual com a educação e a cidadania.

Espero que o texto contribua com a sua formação cidadã e que você, através dos conhecimentos adquiridos aqui, possa desejar transformar a sua realidade social através das ações descritas.



Referências

AGUIAR, Márcia Angela Da S. Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: questões para reflexão. **Educação & Sociedade**, v. 31, p. 707-727, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/N57prLgWWWFL6t9KTdgwpvM/?lang=pt>> Acesso em: 30 de jul. 2021

BRASIL, Constituição. Planejando a próxima década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação. **Brasília: Ministério da Educação**, 2014a. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf> Acesso em: 30 de jul de 2021.

BRASIL, MEC. Planejando a Próxima Década: alinhando os planos de educação. **Brasília: Ministério da Educação**, 2014b. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_alinhando_planos_educacao.pdf> Acesso em: 30 de jul de 2021.

BRASIL, MEC. PNE em Movimento Caderno de Orientações para Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação. **Brasília: Ministério da Educação**, 2016. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/pne_pme_caderno_de_orientacoes_final.PDF> Acesso em: 30 de jul de 2021.

DE SOUZA, Donaldo Bello. Avaliações finais sobre o PNE 2001-2010 e preliminares do PNE 2014-2024. **Estudos em avaliação educacional**, v. 25, n. 59, p. 104-170, 2014. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/eae/article/view/3001>> Acesso em 30 de jul de 2021.

DOURADO, Luiz Fernandes. Plano Nacional de Educação: política de Estado para a educação brasileira. **Brasília: Inep**, 2016. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/523064/PLANO+NACIONAL+DE+EDUCA%C3%87%C3%83O+-+Pol%C3%ADtica+de+Estado+para+a+educa%C3%A7%C3%A3o+brasileira/2cbb3d59-497d-45a8-a5af-d3bbe814336e?version=1.7>> Acesso em: 30 de jul de 2021.

INEP, M. Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: linha de base. **Brasília: INEP**, 2015. Disponível em: <<https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/6792/Plano%20Nacional%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20PNE%202014-2024%20%20Linha%20de%20Base.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 30 de jul de 2021.

Sobre os Autores

Felipe de Novaes Coelho

Bacharel em Psicologia, especialista em Neuropsicologia e estudante do curso de Pós-graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social (PPGGPPSS) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Servidor da Secretaria Municipal de Educação de Saubara- BA e Psicólogo clínico. E-mail: neuropsicologofelipenovaes@gmail.com

Neilton da Silva

Doutor em Educação e Contemporaneidade. Docente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), bem como do Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social (PPGGPPSS) e Tutor do Grupo PET UFRB e Recôncavo em Conexão (PET-URC). E-mail: neilton@ufrb.edu.br



POLI-QUEFORP